

## A ORIENTAÇÃO MATERIALISTA NA PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO COM PARTIDO

## LA ORIENTACIÓN MATERIALISTA EN LA INVESTIGACIÓN DE POSGRADO EN CIENCIAS HUMANAS E HISTORIA: UNA PROPUESTA DE ORIENTACIÓN CON TOMA DE PARTIDO

## THE MATERIALIST GUIDANCE IN THE POSTGRADUATE RESEARCH IN HUMAN SCIENCES AND HISTORY: A GUIDANCE PROPOSAL WITH THE TAKING OF PARTY

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.33468>

Décio Azevedo Marques de Saes<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é defender uma tomada de partido materialista como o único ponto de partida correto para a orientação, em termos efetivamente científicos, da pesquisa de pós-graduação em ciências humanas e em história. A luta ideológica de classes assume, no campo acadêmico, a forma mais geral da luta entre filosofia idealista (conservadora) e filosofia materialista (revolucionária). A tomada de posição materialista implica a adoção, no plano da prática científica, de uma atitude duplamente totalizadora: a) a totalização horizontal (estabelecimento de conexões entre o objeto da pesquisa – um fenômeno específico – e sistemas mais amplos); b) a totalização vertical (reconstrução das fases de desenvolvimento do sistema em que se insere o fenômeno estudado). O materialismo histórico é o sistema teórico que adota essa metodologia duplamente totalizante. O pesquisador materialista deve, enfim, alertar os seus orientados contra o impacto negativo da filosofia idealista sobre a prática científica, e também contra os perigos do ecletismo científico (combinação de teorias idealistas e materialistas), que leva a resultados incongruentes. O ecletismo teórico é, na vida universitária, a mais sofisticada arma da luta ideológica da classe dominante contra a tomada de partido materialista no campo da pesquisa científica.

**Palavras-chave:** Idealismo, Materialismo, Materialismo histórico, Totalização horizontal, Totalização vertical, Ecletismo teórico e Socratismo

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es la defensa de una toma de partido materialista como el único punto de partida correcto para la orientación, en términos científicos efectivos, de la investigación de posgrado en humanidades e historia. La lucha ideológica de clases asume, en el campo académico, la forma más general de lucha entre la filosofía idealista (conservadora) y la filosofía materialista (revolucionaria). La posición materialista implica la adopción, a nivel de la práctica científica, de una actitud doblemente totalizadora: a) totalización horizontal (establecimiento de conexiones entre el objeto de investigación, un fenómeno específico, y sistemas más amplos); b) la totalización vertical (reconstrucción de las fases de desarrollo del sistema en el que se inserta el fenómeno estudiado). El materialismo histórico es el sistema teórico que adopta esta metodología doblemente totalizadora. Finalmente, el investigador materialista debe advertir a sus estudiantes contra el impacto negativo de la filosofía idealista en la práctica científica, y también contra los peligros del eclecticismo científico (una combinación de teorías idealistas y materialistas), que conduce a resultados incongruentes. El eclecticismo teórico es, en la vida universitaria, el arma más sofisticada de la lucha ideológica de la clase dominante contra el lado materialista del campo de la investigación científica.

**Palabras clave:** idealismo, materialismo, materialismo histórico, totalización horizontal, totalización vertical, eclecticismo teórico y socratismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to support the materialistic stance as the only correct starting point for orientation, in truly scientific terms, of postgraduate researches in human sciences and history. The ideological class struggle takes, in the academic field, the general form of a clash between idealistic philosophy (of a conservative kind) and materialistic philosophy (of a revolutionary nature). The materialistic stance implies the adoption, on the

level of scientific practice, of a doubly totalizing attitude: a) a horizontal totalization (by establishing connections between the object of research – a specific phenomenon – and larger systems); b) a vertical totalization (through the reconstitution of the different phases of the system in which the studied phenomenon is observable). Historical materialism is the theoretical system that follows this doubly totalizing methodology. The materialistic researcher must therefore warn his students against the negative impact of idealistic philosophies on scientific practice, and also against the dangers of scientific eclecticism (the combination of idealistic and materialistic theories), which leads to incongruous results. Theoretical eclecticism is, in the academic world, the most sophisticated weapon used in the ideologic struggle of the ruling class against the materialistic stance in the field of scientific research.

**Keywords:** Idealism, Materialism, Historical Materialism, Horizontal totalization, Vertical totalization, Theoretical eclecticism, Socratism

O lugar institucional próprio à pesquisa em Ciências Humanas e História é o Curso de Pós-Graduação, nas suas duas etapas: Mestrado e Doutorado. Na Universidade brasileira, a originalidade dos resultados finais da pesquisa é uma exigência imposta pela prática acadêmica (e por vezes codificada no regulamento) às teses de doutorado. Já o costume acadêmico permite que as dissertações de mestrado se limitem a apresentar os resultados daquilo que Umberto Eco denomina “uma pesquisa de compilação” (ECO, 2000, p.2): apresentação sintética de análises produzidas por autores anteriores, comparação entre essas análises, algumas breves conclusões. A dissertação de mestrado pode ser o coroamento de um trabalho sério de compilação, que tenha incluído um levantamento extenso da bibliografia disponível sobre o tema escolhido e o cotejo sistemático das teses apresentadas pelos diferentes autores. Na prática, por vezes, as dissertações de mestrado vão além desses limites: orientadores e alunos acabam encaminhando o trabalho de pesquisa, pela via de um consenso silencioso ou de um acordo expresso, para a busca de resultados originais. Essa tendência, em parte, pode ser explicada pela história das instituições acadêmicas no Brasil. Os cursos de Doutorado, diferentemente do mero título universitário de Doutor, são recentes no Brasil: foram implantados apenas há algumas décadas. Esse atraso com relação à história institucional acadêmica das sociedades capitalistas avançadas torna o título de mestre supervalorizado, e acaba pressionando professores e pesquisadores a projetarem dissertações de mestrado que, muitas vezes, vão bem além daquilo que é prescrito pelos regimentos de pós-graduação.

Como a realidade social e institucional é sempre mais complexa que os textos legais e as normas institucionais, o contrário também pode ocorrer: certas teses de doutorado contornam o requisito institucional da originalidade, e obtêm aprovação, ainda que consistam essencialmente em “pesquisas de compilação”. Isso ocorre porque o peso institucional, ainda elevado, da dissertação de mestrado no Brasil tem estrangulado o espaço da pesquisa de doutorado. Isto é, essa configuração retardada do aparelho universitário de pesquisa no Brasil induz professores e alunos a reproduzirem, na fase mais elevada da pesquisa acadêmica, práticas que são legítimas na fase anterior (levantamento bibliográfico, análise comparada de autores), mas que geram acomodação e conformismo se forem os procedimentos metodológicos exclusivos na fase superior da pesquisa científica.

### ***A relação de orientação: professor x aluno***

A relação acadêmica básica que se trava nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) é a relação de orientação entre um pesquisador do programa e cada aluno que lhe é confiado. A importância que muitas instituições de ensino superior atribuem às disciplinas da pós-graduação indica que elas são utilizadas, de modo mais ou menos consciente, para preencher as lacunas de formação. De todo modo, fica evidente no momento decisivo (a defesa da dissertação ou da tese) que a grade curricular de pós-graduação não terá fornecido um grande subsídio à realização da pesquisa e à redação de um texto final. É a relação de orientação entre professor-pesquisador e aluno que pode dar um lastro efetivo às atividades de pesquisa no espaço universitário. Essa relação institucional não é estritamente científica; ela tem necessariamente uma dimensão social e política. Melhor dizendo: ela é invariavelmente uma relação de dominação. Enquanto orientador, o professor domina os seus alunos, submetendo-os aos seus objetivos profissionais: a) transmitir as suas ideias à geração mais jovem, convertendo os seus pesquisadores em correias de transmissão do seu pensamento ao mundo universitário e à esfera científico-cultural; b) formar um grupo de pessoas submissas ao seu poderio profissional e acadêmico (os “discípulos”). É desse modo que a relação de orientação **funciona**, independentemente de o orientador considerar legítimas, ou não, as regras institucionais da orientação. Quanto ao aluno, ele tem escassas possibilidades de subverter essa relação, pois o que está em jogo não é apenas a defesa acadêmica do seu trabalho (mestrado ou doutorado), mas todo o seu futuro profissional: trajetória universitária, contatos com editoras, congressos, estágios, etc.. A rebeldia do aluno diante das diretivas teórico-metodológicas do orientador tem um caráter pouco compensador, pois o orientado não dispõe de poderes institucionais que sirvam como instrumento de subversão da relação de dominação em que está envolvido. Na França, o Ministério da Educação, propondo-se a tornar menos “assimétrica” a relação entre orientadores e doutorandos, instituiu em 1998 a “Carta das Teses”; o objetivo oficialmente declarado pelo governo era liquidar o despotismo dos orientadores e atribuir direitos aos orientados (WAQUET, 2010, pp. 295-296). Essa iniciativa teve sem dúvida um caráter democrático; mas a sua eficácia tende a ser limitada, já que o que está em jogo, na relação em questão, não é apenas a preparação da tese de doutorado, mas o poder subsequente do orientador de influenciar a trajetória profissional e os horizontes acadêmicos dos seus “discípulos”. Ou seja: a Carta não parece ter poder para liquidar a aspiração dos doutorandos à condição de “discípulos”, permanentes ou transitórios, do seu orientador. De todo modo, é difícil imaginar a publicação, no Brasil atual, de um documento similar à Carta francesa, dado o apego de parte considerável dos professores da pós-graduação às prerrogativas feudais dos orientadores. A relação de orientação tende, portanto, a manter, em sociedades capitalistas avançadas ou atrasadas, o caráter de uma relação de dominação.

Se a relação de orientação nos cursos de pós-graduação se reproduz regularmente como uma relação de dominação, ela pode complementarmente funcionar como uma relação de cooperação científica. Mas, por mais desejável que isso possa parecer, tal relação não se estabelece em todos os casos; ela é apenas uma possibilidade. Alguns orientadores se empenham, por razões altruístas (a difusão do saber) ou egoístas (a difusão do seu próprio pensamento), em transmitir conhecimento científico aos seus alunos; e em receber dos seus orientados, também por razões altruístas (concretizar o ideal da cooperação intelectual) ou egoístas (tornar “rentável” para si a prática profissional da orientação), ideias que possam se

incorporar a seu acervo intelectual. Em muitos casos, entretanto, a relação de orientação não se alça ao patamar de uma relação de cooperação científica. Muitos orientadores, supondo que os seus ganhos intelectuais não serão expressivos, preferem abster-se de todo trabalho de orientação; e sugerem aos seus alunos que pesquisem por conta própria, beneficiando-se assim do “liberalismo” de seu orientador. Esse “liberalismo”, proclamado pelo orientador ausente, nada mais é que uma racionalização, para consumo de si próprio e dos alunos, de uma postura egoísta e corporativa (um “egoísmo de classe”), que favorece a dedicação exclusiva aos seus interesses acadêmicos particulares (realização de maior número de pesquisas, publicação de mais livros e artigos, comparecimento frequente a congressos científicos, etc.). A relação de orientação, travada nos cursos de pós-graduação, evolui, portanto, entre essas posições extremas que o orientador pode assumir: a) a de se abster no processo de formação científica do aluno; b) a de estabelecer uma colaboração científica com o aluno.

O professor mais empenhado em formar discípulos no campo científico tem necessariamente de encaminhar os alunos para a adoção de uma postura teórico-metodológica que ele considera “científica”. Essa atitude professoral deságua na intensificação da relação de poder entre professor e aluno. É teoricamente possível o nascimento, nessa fase da trajetória universitária, de aspirações à autonomia intelectual entre os alunos. Mas o surgimento dessa autonomia é raro. Dados a curta duração dos estudos de pós-graduação e o lugar central ocupado pelo pesquisador-orientador nessa fase acadêmica, é mais provável que cada aluno se abrigue, nessa etapa, à sombra das ideias do seu orientador. Ele o fará, talvez, por sentir um autêntico entusiasmo intelectual pelas ideias do seu tutor, e conseqüentemente por se submeter ao seu carisma acadêmico. Esse é o discípulo que sonha não apenas em difundir as ideias do seu mestre como também em aprofundá-las. Já outro tipo de aluno se abrigará à sombra das ideias professorais por pura conveniência prática. Esse segundo tipo de aluno supõe que, integrando-se à equipe do orientador, conquistará uma posição segura na carreira universitária.

A inserção do aluno na estrutura dos cursos de pós-graduação limita, portanto, em princípio, as possibilidades de conquista imediata da autonomia intelectual. Os alunos que concluem a tese de doutorado e se incorporam à Universidade como professores assumem muitas vezes o papel pouco criativo de repetidores das ideias do mestre, acomodando-se a uma posição mediana dentro do universo da pesquisa acadêmica. Eles podem fazê-lo por uma insegurança psicológica que se converte em convicção propriamente intelectual: o sentimento de que serão incapazes de ir além das ideias do mestre. Ou então abdicarão do exercício da criatividade intelectual, por suporem que a pesquisa efetivamente inovadora pode trazer riscos acadêmicos.

De todo modo, o encerramento dos estudos de pós-graduação abre novas (e talvez surpreendentes) perspectivas para o relacionamento entre professor e aluno. Pode haver “rachas” teóricos entre ambos: o aluno decide romper, finalmente, com o orientador, muitas vezes por ter concluído que o status intelectual e acadêmico do seu mestre não é tão elevado quanto ele supunha inicialmente; ou por ter descoberto que as posições teórico-metodológicas do orientador não gozam mais do mesmo prestígio que anteriormente. Inversamente, o professor pode promover “expurgos” em sua equipe, sobretudo quando ele detecta em alguns alunos a tendência a passar da citação reverente de seus textos à cópia inescrupulosa

de seus conceitos (“plágio”). A situação mais frequente, entretanto, é a emergência de uma relação concorrencial entre professor e aluno. Tal relação é estimulada pela diferença geracional entre ambos: o mais jovem tende a se ver como a encarnação do futuro de certa linha de pesquisa, e a encarar o mais antigo como aquele que já pertence ao passado nesse campo.

### ***O conteúdo da orientação***

A institucionalidade universitária, nos Estados burgueses onde ainda persiste um regime democrático-representativo, não pode estabelecer antecipadamente qual será o conteúdo do trabalho de orientação nos estudos de pós-graduação. As normas institucionais universitárias prescrevem simplesmente que a orientação implica sempre a transmissão de conhecimentos científicos, e o combate ao senso comum, às superstições, etc.. A institucionalidade dos cursos de pós-graduação está, portanto, formalmente comprometida com a princípio da cientificidade. Mas é improvável que as normas institucionais cheguem à especificação do conteúdo das ideias científicas a serem transmitidas aos alunos. Cabe aos orientadores, liminarmente comprometidos com o princípio da cientificidade, definir estratégias particulares de orientação que operem com ideias que lhes pareçam corresponder estritamente a esse princípio. Vigora, portanto, um certo “pluralismo” entre os orientadores, no que diz respeito aos conteúdos que concretizarão um programa de trabalho cientificista. Estão obviamente excluídos desse rol aqueles profissionais que logram se incorporar a programas de pós-graduação em Ciências Humanas e Ciências da História para atuar a favor do ideal oposto: o de contestar a possibilidade de qualquer Ciência, de declarar ilegítima a busca da Verdade, etc.. Evidentemente, tais profissionais estão conscientes de serem **outsiders** em programas de vocação científica, e só podem ter a ambição escandalosa de constituir um pequeno nicho de discípulos vocacionados para o exercício do “nihilismo de cátedra” em pleno local de trabalho científico. A presença desses pequenos núcleos nos programas de pós-graduação, e o seu envolvimento verbal na guerrilha contra o cientificismo, não são, no entanto, suficientes para dissolver o compromisso formal desses programas com o princípio da cientificidade, e com a operacionalização da coexistência de diferentes posturas teórico-metodológicas (todas elas cientificistas) nas atividades de pesquisa.

Observe-se agora que o pluralismo teórico-metodológico é apenas a dimensão mais visível do conteúdo da orientação de pesquisa nos estudos de pós-graduação. Na sua camada mais profunda, encontramos a luta ideológica entre duas tendências filosóficas permanentes, que correspondem a diferentes perspectivas de classe: a tendência materialista e a tendência idealista. Para a tendência materialista, o ser antecede o conhecimento: o conceito exprime a realidade, com as suas limitações, mas não a cria. O materialismo concretiza a capacidade do homem de lutar contra a superstição e as concepções mágicas de mundo. O pensamento materialista parte da realidade para chegar aos conceitos. Ele não se orienta por uma ideia **a priori**, que lhe permitiria **construir** a realidade. É o trabalho correto de análise da realidade que levará à construção de um sistema de conceitos, capaz de explicar racionalmente a realidade.

Para a tendência idealista, o pensamento e a consciência antecedem o ser. Por exemplo, ideias como a de Amor ou de Justiça antecedem a formação de sociedades históricas. Essa tendência tem um fundo religioso: Deus antecede o Mundo, e está na origem das ideias absolutas, às quais a realidade concreta terá de se adaptar. Para Althusser (1969), a tendência filosófica idealista atua reiteradamente como arma conservadora de combate à única tendência filosófica que pode favorecer a evolução da sociedade humana: a tendência materialista.

Entre a ideologia religiosa (idealismo) e a postura científica (materialismo), só há uma escolha possível para os orientadores da pós-graduação em Ciências Humanas: adotar uma atitude científica. Mas, como esclareceu Althusser (1969), a luta entre as duas tendências é permanente, pelo menos enquanto houver a sociedade de classes. Ou seja: sempre haverá orientadores alinhados com a tendência idealista, mesmo que se intensifique o cerco materialista à religiosidade nos meios culturais e acadêmicos.

A adoção de uma postura filosófica materialista deve levar os orientadores da pesquisa em ciências humanas a uma opção teórico-metodológica que postule a análise científica da realidade social e do mundo histórico. Um “materialismo de combate”, no campo das ciências humanas, implica a crítica às filosofias idealistas da história e o empenho em praticar regularmente uma análise de conjunto da realidade social. O verdadeiro materialista, nesse campo, recusa-se a fragmentar o objeto (um fenômeno social contemporâneo, um fenômeno progressivo), e a isolá-lo do seu contexto social e histórico. Ele procura regularmente inserir o objeto de pesquisa dentro de um sistema mais abrangente; e tal operação pode prosseguir, enquanto os conhecimentos disponíveis viabilizarem os esforços metodológicos de “mudança de escala”: do plano subnacional para o plano nacional, daí para o plano inter-regional e, finalmente, chegada ao plano mundial ou planetário (esse é o limite **atual** para as estratégias de elevação reiterada da abrangência da análise em ciências humanas). Essa opção teórico-metodológica, em última instância induzida pela adesão à filosofia materialista, foi defendida por Marx e Engels como uma “teoria materialista da história”; Coube aos marxistas posteriores a tarefa de difundir o **materialismo histórico**, caracterizado como a teoria marxista da história, oposta tanto às filosofias idealistas da história quanto ao materialismo burguês.

Como nos esclarece Pierre Vilar (1979), a teoria marxista da história é detentora de uma vocação organicamente **totalizante**. Agreguemos, de nossa parte, que o procedimento da totalização se aplica, no materialismo histórico, em dois níveis distintos. A aplicação do materialismo histórico implica uma **totalização horizontal**, na medida em que a análise de qualquer fenômeno social exige, nesse sistema teórico, a descoberta de sua conexão com os padrões - estruturas e instâncias - próprios ao sistema social global em que ele está inserido: estrutura econômica, estrutura jurídico-política, instância cultural, instância religiosa, etc.. O materialismo histórico evita, portanto, a fragmentação horizontal da análise. Ou seja: esse sistema teórico-metodológico impede que um fenômeno social qualquer seja visto como um objeto cultural autônomo (exemplos: a “cordialidade brasileira”, a “preguiça indígena”), que se explica por si mesmo.

O materialismo histórico também implica uma **totalização vertical**: a análise marxista de uma sociedade global concreta implica a reconstrução de sua curva evolutiva. A análise dos tipos históricos que

precederam o tipo atual permite estabelecer as condições específicas em que se reproduz e se desenvolve a sociedade do presente. Exemplifiquemos: a aversão profunda da classe média brasileira a todo tipo de trabalho manual está relacionada com o passado escravista recente do Brasil. Essa aversão não atingiu o mesmo grau na classe média de sociedades burguesas pós-feudais, pois estas herdaram do feudalismo segmentos de pequena produção (campesinato parcelar, artesanato independente) capazes de aumentar a produtividade do trabalho e, suscetíveis, portanto, de ser minimamente valorizados pelos prestadores de trabalho não-manual.

Estando sob a direção do materialismo histórico, o pesquisador, ao definir como objeto um fenômeno social contemporâneo ou pregresso, deve se preocupar em inseri-lo num sistema social inclusivo, dotado de características econômicas, sociais e jurídico-políticas específicas. A seguir (ou ao mesmo tempo), ele procura inserir tal sistema num sistema social mais abrangente. Esse sistema será o Império romano caso se esteja estudando uma sociedade gentílica europeia; ou o Império britânico caso se esteja estudando as sociedades latino-americanas do século XIX.

É preciso agora especificar as operações constantes do procedimento da totalização horizontal. Ela envolve, em primeiro lugar, o estabelecimento da conexão de fenômenos sociais particulares (como por exemplo os atos individuais) com padrões coletivos de comportamento, inerentes a grupos sociais com posição diferenciada no sistema econômico e na hierarquia social. Numa linguagem mais usual: o materialismo histórico relaciona fenômenos concretos com as classes sociais. Por exemplo, o movimento político e educacional “Escola sem Partido” não pode ser apenas visto como a iniciativa política de um grupelho de extrema direita; num nível mais profundo, ele exprime tendências ideológicas de uma classe média conservadora, apreensiva com a relativa ascensão social e política das classes trabalhadoras durante a Nova República.

Em segundo lugar, o materialismo histórico relaciona fenômenos internos de um sistema social com fenômenos ocorrendo noutros sistemas sociais, geralmente mais poderosos. Por exemplo, o golpe branco que derrubou a Presidente Dilma não resultou apenas da movimentação de segmentos conservadores da sociedade brasileira: classe média anti-petista, partidos da direita neoliberal e pró-imperialista, como o PSDB. A derrubada do governo eleito foi também o resultado da difusão, pelo aparelho de Estado norte-americano, de uma nova “fórmula” institucional, destinada a substituir o golpe militar como método fundamental para derrubar governos progressistas: o impedimento constitucional.

Passemos à especificação das operações próprias ao procedimento da totalização vertical. Ela exige do pesquisador, em primeiro lugar, que ele leve em conta, ao estudar a configuração de um sistema social concreto, o modo pelo qual se processou a mudança social global e se realizou a transição de um tipo histórico de sociedade para outro (ou seja: a Revolução social, na sua acepção macro-teórica). Na análise de uma sociedade burguesa concreta, por exemplo, o pesquisador deve apurar se a Revolução política que lhe abriu caminho (Revolução francesa de 1789-1793, Revolução Puritana na Inglaterra, Revolução Meiji no Japão) implicou, ou não, a distribuição de terras entre os camponeses. A reflexão sobre o **curso** (radical, conciliador) da Revolução burguesa é, na verdade, decisiva para a compreensão das

características comportamentais de certos grupos sociais no período posterior a essa Revolução: classe média, burguesia industrial, massas rurais, etc..

O procedimento da totalização vertical exige, em segundo lugar, a análise das fases de desenvolvimento da sociedade que é objeto de estudo. É possível distinguir diferentes fases no funcionamento das diferentes sociedades de classe: economia natural x economia mercantil (nas sociedades escravista e feudal), sistema econômico concorrencial x sistema econômico monopolista (na sociedade capitalista). O ritmo de desenvolvimento e a duração de cada uma dessas fases se relacionam com o **curso** da Revolução social (“antiga”, feudal ou burguesa) que determinou a instauração do novo tipo histórico de sociedade; e, especialmente, com o papel das classes sociais nesse processo. Também a sucessão de fases políticas de uma sociedade de classes se relaciona com o curso da transformação social que a originou. Na Inglaterra, a Revolução burguesa implicou a expulsão das massas rurais para as cidades, o que inviabilizou o surgimento de um campesinato parcelar. A ausência, no capitalismo nascente, de uma classe dominada de pequenos proprietários permitiu que a classe dominante congelasse o regime político monárquico, e concedesse tão somente a evolução gradativa da monarquia constitucional autocrática para a monarquia liberal-democrática parlamentar. Já a Revolução francesa desaguou na distribuição de terras e, conseqüentemente, na formação de um extenso campesinato parcelar. Essa classe social, apegada ao princípio da propriedade privada e à ordem social vigente, constituiu-se em importante base social de apoio para as duas ditaduras militares implantadas na França durante o século XIX: o primeiro e o segundo Impérios bonapartistas.

### ***O ecletismo teórico na orientação de pesquisa***

Em nossa avaliação, portanto, a adoção do materialismo filosófico, seguida de aplicação do materialismo histórico como teoria e método, é o único caminho efetivamente científico que se abre ao orientador de pesquisa em ciências humanas. Devemos, então, advertir os jovens pesquisadores sobre as inconveniências de certas posturas teórico-metodológicas que parecem imediatamente sedutoras, por acenarem com a conciliação de posições extremas (primeira sedução), ou por abrirem horizontes ilimitados ao pensamento (segunda sedução).

A primeira sedução é aquela engendrada pelos praticantes do ecletismo teórico. Na sua forma mais frequente, essa postura teórico-metodológica implica combinar elementos provenientes de diferentes sistemas teórico-metodológicos, na análise de um mesmo objeto. O ecletismo teórico é uma tendência espontânea, e mesmo pragmática, entre os estudantes dos cursos de graduação em ciências humanas. Sendo colocados simultaneamente em contato com diferentes sistemas teóricos, eles não têm tempo nem condições intelectuais para se definir rapidamente (isto é, no ritmo dos trabalhos universitários) a favor de um único sistema teórico.

Acima desse ecletismo elementar, encontra-se um ecletismo teórico sofisticado, praticado por grandes nomes das ciências humanas contemporâneas. Esse ecletismo postula expressamente a combinação de elementos oriundos de diferentes sistemas teóricos; nesse caso, o pesquisador estará

incorporando as virtudes e superando as limitações de cada um dos grandes sistemas teóricos disponíveis (os “clássicos”). Esse ecletismo de alto nível pode assumir duas formas diversas. Em *La Reproduction*, por exemplo, Bourdieu e Passeron (1970) combinam elementos de três sistemas teóricos (sociologia weberiana, sociologia durkheimiana e sociologia marxista) na análise de **um mesmo objeto**: a escola (ou o sistema de educação pública). Já Raymond Boudon e Paul Lazarsfeld, em suas reflexões sobre metodologia, propõem um “relativismo sociológico”: **para cada objeto** (conflito capital x trabalho, movimento estudantil, fenômeno burocrático), há um sistema teórico-metodológico mais adequado.

Não se deve criticar o ecletismo teórico em nome da pureza dos sistemas de ideias. O próprio materialismo histórico é obrigado a incorporar noções presentes em outros sistemas, através de uma “leitura extrativa”. Mas esse procedimento implica transformar a noção incorporada, através de uma operação de reconceituação (ou “dialeitização”) das noções não materialistas. Quando o materialismo histórico incorpora a noção antropológica ou linguística de “estrutura”, ele a reconceitua com apoio na formulação althusseriana, absolutamente materialista, sobre a “causalidade metonímica”: a estrutura, como causa das práticas, só existe através dos seus efeitos concretos.

A “leitura extrativa”, praticada no marxismo desde os clássicos, não equivale à prática do ecletismo teórico; e não tende, por si só, a produzir incongruências na análise de um fenômeno social qualquer. Ora, é justamente isso (e não, a violação da pureza intelectual de uma doutrina) que deve ser criticado no ecletismo teórico: os **resultados finais** da análise inspirada nos seus procedimentos tendem a ser inevitavelmente **incongruentes** (por mais puras que seja as intenções intelectuais do pesquisador).

Mas por que a combinação de elementos teóricos heteróclitos, numa análise concreta, tende a gerar resultados incongruentes? Isso se dá porque o ecletismo teórico, como postura intelectual de alto nível (e não, como indicador de meras superficialidade ou frivolidade intelectuais) tende a congrega elementos próprios à filosofia idealista e elementos próprios à filosofia materialista; essa aproximação sendo um episódio do combate que a ideologia idealista move contra a postura materialista. Na prática do ecletismo teórico, só pode haver um ganhador no plano ideológico (embora perdedor no plano científico): é a tendência idealista.

Algum leitor poderá se interrogar: será que é possível a difusão, na esfera universitária, de uma prática intelectual que combine tendência idealista e tendência materialista? Na verdade, a difusão dessa prática é não só possível como também frequente, pois ela consiste na forma mais eficaz e sofisticada de combate idealista, no campo especificamente científico, à tendência materialista. Atente-se especialmente para a predominância, na sociologia ocidental, de uma vertente sociológica que combina elementos do marxismo e do pensamento weberiano (um webero-marxismo), articulando, na análise da sociedade capitalista, as problemáticas da dominação de classe e da racionalidade. A problemática da dominação de classe é uma problemática materialista; ela resulta da análise dos efeitos sociais concretos produzidos pelo funcionamento articulado das estruturas (econômica, jurídico-política) de uma sociedade de classes. Já a problemática da racionalidade é uma problemática idealista: a racionalidade, na sociologia weberiana, é um fenômeno cultural, desconectado das estruturas da sociedade de classes e insuscetível de ser explicado através da ciência da história. O **resultado final** de uma análise que conjugue marxismo e weberianismo

só pode ser altamente incongruente. Os webero-marxistas, na observação do Estado capitalista, desconsideram que o motor último da máquina estatal é o interesse da classe capitalista, e não o bem-estar da sociedade em geral; e que o compromisso do Estado com o interesse capitalista o leva a praticar o desperdício, o parasitismo, a destruição de recursos materiais e de vidas humanas. Não se pode qualificar o Estado capitalista como um Estado racional (ou em busca permanente da racionalidade), como fazem os webero-marxistas, a menos que se jogue com as palavras e se considere que o interesse capitalista (que se define em termos particularistas e antissociais; e se concilia com práticas destrutivas, como guerras, anexações, etc.) é uma expressão fundamental da racionalidade humana.

O pesquisador inspirado no materialismo histórico deve, portanto, alertar os seus orientados para os perigos do ecletismo teórico; e esclarecer sempre a diferença entre ecletismo teórico (prática negativa do ponto de vista científico) e incorporação crítica de elementos teóricos externos (prática cientificamente positiva, resultante do procedimento sempre necessário da “leitura extrativa”). Isso não significa que as advertências metodológicas contra o ecletismo teórico lograrão convencer os alunos, no seu conjunto. Afinal, o ecletismo é uma palavra de ordem atraente e mesmo sedutora, pois aparece como a expressão da liberdade intelectual, que supostamente deve vigorar no meio universitário. Só mesmo a análise materialista do processo de produção intelectual permite desvendar a sua verdadeira função no universo da pesquisa científica: a de instrumento idealista de combate contra o “partido materialista”, comprometido essencialmente com a produção de ciência.

### ***Materialismo x socratismo***

Alguns teóricos da educação encaram a entrada no processo da pesquisa científica como o momento em que os alunos devem passar ao exercício da liberdade intelectual, rompendo com as relações de dominação vigentes em todas as etapas educacionais anteriores. Para defender a conquista da autonomia intelectual por parte dos alunos, tais pesquisadores fazem a apologia do dialogismo socrático, onde o papel do mestre é encaminhar o aluno para a descoberta, por si só, da Verdade. Nessa percepção sobre o método socrático (a “maieutica”), o professor-orientador aparece como um animador, a quem cabe empolgar o aluno para a tarefa de extrair de seu cérebro, por sua própria conta, ideias que já estão lá. Alguns autores (GADAMER, 2009; STONE, 2005) argumentaram que o diálogo socrático abria de fato espaço para a palavra do discípulo. Mas o objetivo de Sócrates não seria fazer o aluno chegar à própria Verdade, já latente no seu cérebro; e sim induzi-lo a chegar, por intermédio das respostas às questões socráticas, à Verdade do próprio Sócrates: a saber, concepções como a de Bem ou de Belo. Françoise Waquet, no seu belo livro *Os filhos de Sócrates*, defende o dialogismo socrático, encarando-o como o caminho para a conquista de autonomia intelectual por parte do aluno; aproxima-se portanto da postura de Hannah Arendt, que vê Sócrates como um pensador mais democrático e menos aristocrático que Platão e Aristóteles.

De todo modo, o dialogismo socrático, em qualquer das interpretações possíveis, não é de utilidade para os que defendem a tomada de partido materialista no campo da pesquisa de pós-graduação

em Ciências Humanas. Se a maiêutica é apenas um método para conduzir os alunos, por uma via mais “democrática”, às concepções idealistas e aristocráticas, típicas de Sócrates e Platão, ela não poderá desempenhar nenhum papel positivo na luta ideológica a favor do cientificismo e contra o idealismo. Se o diálogo socrático pode ser utilizado, no mundo da pesquisa, **em qualquer direção**, ele não estará juntando as suas forças àqueles que só veem uma direção correta na luta ideológica de classes: a luta contra a filosofia idealista e a tomada de posição a favor da filosofia materialista, o que implica, no plano científico, a adesão ao materialismo histórico.

### **Conclusão**

A luta ideológica de classes tende a prosseguir, no campo da pesquisa; provavelmente, ela jamais será encerrada. Poderíamos supor que o progresso do cientificismo seria inevitável; e que, aos poucos, o espaço das concepções idealistas na vida intelectual seria suprimido. Não devemos, entretanto, esquecer que a visão idealista de mundo é própria das classes dominantes: a crença nas ideias absolutas e a hostilidade à ideia da historicidade dos fenômenos não são apenas armas ideológicas acionadas com vistas ao exercício da dominação de classe, mas também dispositivos de autojustificação de sua superioridade. Portanto, enquanto houver sociedade de classes, haverá espaço intelectual e institucional para o pensamento idealista.

A autonomia relativa do campo da luta teórica de classes dentro do campo global da luta de classes explica que muitos cientistas e pesquisadores, oriundos das classes dominantes (inclinadas, como já afirmamos, ao idealismo), acabem se encaminhando, por influência do processo educacional, para a postura materialista, encarada como a postura naturalmente científica. Enquanto na sociedade como um todo, a ideologia religiosa encontra amplo espaço para se difundir, na esfera da pesquisa e da ciência a difusão da tendência materialista leva vantagem. Por isso, a tendência idealista, para conduzir o seu combate nessa esfera, deve assumir formas intermediárias e defensivas, como o ecletismo teórico.

Os defensores da tendência materialista devem, portanto, entender que o seu combate contra o idealismo acadêmico terá de assumir, em grande parte (sobretudo no terreno das ciências humanas), a forma de uma luta contra o ecletismo. Essa luta deverá ser sutil. Não se trata de apresentar o ecletismo como um crime acadêmico. Deve-se, antes, apresentá-lo ao aluno como um vício de pesquisa, que produzirá resultados contraproducentes para a ciência em geral, e para o jovem pesquisador em particular. Mas o momento final dessa denúncia só pode ser a revelação ao aluno de que há uma conexão estreita entre esse vício científico e a adesão do pesquisador à filosofia idealista e às teorias sociológicas e históricas inspiradas por essa corrente.

### **Referências bibliográficas:**

- ALTHUSSER, L. **Lénine et la philosophie**. Paris: François Maspero, 1969.
- BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul. **Méthodes de la sociologie**: Les vocabulaires des sciences sociales. Paris, Mouton, 1965.

- 
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **La Reproduction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- ECO, U. **Como se faz uma tese** (15ª. ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2000,
- GADAMER, H.-G. **A ideia do Bem entre Platão e Aristóteles**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- STONE, I.F. **O julgamento de Sócrates**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas** (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- WAQUET, F. **Os filhos de Sócrates**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- 

**Notas:**

<sup>1</sup> Professor aposentado da Unicamp. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5442-2909> Email: [daniioenrico@gmail.com](mailto:daniioenrico@gmail.com)

Recebido em: 07.09.2019  
Acesso em: 30.10.2019